

A TRAJETÓRIA RESILIENTE DE UMA LÍDER JUVENIL, GESTORA ESCOLAR E ESTUDIOSA CEARENSE DA ETNIA KANINDÉ

THE RESILIENT TRAJECTORY OF A YOUNG LEADER, A SCHOOL MANAGER AND A SCHOLAR FROM THE KANINDÉ ETHNIC GROUP OF CEARÁ

Jaianne de Sousa Rocha¹
Yls Rabelo Câmara²

Resumo: Neste artigo concebido para o número de *debut* da **Revista KIXARÁ**, escrito por uma indígena – com lugar de fala legítimo (Gonzalez, 1988) – e norteado por nossa orientadora no mestrado, evidenciamos nossas contribuições na luta pelos direitos dos povos tradicionais do Ceará, especialmente do povo Kanindé – ao qual pertencemos. À guisa de relato de experiência, aqui expomos nossa trajetória como líder juvenil, gestora escolar e estudiosa de nossa etnia, espelhando o que o título apresenta – mas não sem antes delinear a trajetória dos povos originários do Brasil de 1988 até o presente no que diz respeito à conquista de nossos direitos e lançar luz sobre algumas lideranças indígenas femininas anteriores e contemporâneas a nós e que nos sevem de inspiração. Amalgamando o que Freire (1987), Santos (2018) e outros defendem com a nossa narrativa vivenciada na prática do que aqui concretamos, concluímos que trabalhos como esse advogam, decolonialmente e em primeira pessoa, pelas lutas dos povos ancestrais do Brasil, com destacado enfoque para as mulheres indígenas que, cada vez mais, deixam o chão de suas aldeias para ocupar os espaços fora delas – como o ensino público, as pastas ministeriais e outros cargos políticos, a Literatura e outras representações da ação humana.

Palavras-chave: Lutas dos Indígenas no Brasil; Líderes Indígenas Feministas; Relatos de Experiência de Educadoras e Líderes Indígenas Brasileiras.

Abstract: In this article, conceived for the *debut* issue of **Revista KIXARÁ**, written by an indigenous woman – with a legitimate place of speech (Gonzalez, 1988) – and guided by our master's advisor, we highlight our contributions to the fight for the rights of the traditional peoples of Ceará, especially the Kanindé people – to which we belong. As a report of experience, here we present our trajectory as a youth leader, school administrator and scholar of our ethnic group, reflecting what the title presents – but not without first tracing the trajectory of the native peoples of Brazil from 1988 to the present with regard to the conquest of our rights and shedding light on some female indigenous leaders before and today who serve as inspiration to us. By combining what Freire (1987), Santos (2018) and others advocate with our narrative of what we have experienced in practice, we conclude that works like this advocate, decolonially and in the first person, for the struggles of the ancestral peoples of Brazil, with a special focus on indigenous women who are increasingly leaving the land of their villages to occupy spaces outside them – such as public education, ministerial positions and other political positions, literature and other representations of human action.

Keywords: Indigenous Struggles in Brazil; Indigenous Feminist Leaders; Experience Reports of Brazilian Educators and Indigenous Leaders.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Docente indígena e diretora da Escola Indígena Expedito de Oliveira Rocha. *E-mail:* jaianne.rocha@aluno.uece.br.

² Doutora em *Filologia Inglesa* (Letras Língua Inglesa) pela Universidad de Santiago de Compostela (USC), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual do Ceará (Uece). Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), da Uece, com bolsa de pesquisa financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). *E-mail:* yls.camara@uece.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo escrito em primeira pessoa do plural – na função de pronome de modéstia –, como filha da etnia Kanindé que somos, temos tido destaque na liderança juvenil em defesa de nossa cultura e tradições – o que vem nos levando para dentro dos meandros do ativismo em prol da causa indígena, à docência, à gestão de uma escola indígena e ao estudo dos povos originários brasileiros, mormente dos Kanindés.

Aqui apresentamos formalmente essa caminhada que vimos construindo ao longo de 17 anos, travessia essa que tem recebido embasamento teórico na Academia em diversos momentos: quando de nossa Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), finalizada em 2014, seguindo dez anos depois com a conclusão da Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal do Ceará (UFC) neste segundo semestre de 2024, mais precisamente no dia 24 de outubro de 2024, e com o Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), iniciado neste ano.

Nossa narrativa, com lugar de fala legítimo, segundo Gonzalez (1988), e nossos argumentos, cuja fidedignidade repousa na vivência do que aqui expomos, baseiam-se nos pressupostos freireanos (1987) e na Ecologia de Saberes que Santos (2018) defende. A práxis que esses teóricos seminais nos legaram são por nós aplicadas em todas as esferas onde colaboramos. Para demonstrar nossa experiência sobre os temas acima postos, traçamos os passos que nosso coletivo tem dado, desde a garantia dos direitos que nos foram afiançados pela Constituição de 1988 até as conquistas indígenas feministas que nos inspiram.

Destarte, esse artigo primeiramente expõe como nós, povos originários do Brasil, passamos a ser visibilizados a partir da Carta Magna de 1988; estreitamos a temática para evidenciar as lutas das mulheres indígenas em nosso país a partir de então, demonstrando as conquistas de algumas delas para o nosso coletivo, e agudizamos o nosso olhar para o Ceará. Ato seguido, com base nesse panorama plural, apresentamos a singularidade de nossa própria jornada nessa seara.

1 METODOLOGIA

A narrativa que trazemos configura-se textualmente como um artigo. De natureza descritiva, é fundamentado nas vivências acumuladas pela autora ao longo de quase duas décadas – enquanto mulher, indígena, docente, gestora, pesquisadora e ativista social.

As experiências descritas acontecem nos territórios indígenas do Ceará, grande parte delas em Canindé, lugar onde se estabelece a etnia do nosso povo. Como premissa para esta escrita, reconhecemos e reverenciamos as mulheres indígenas que nos antecederam e que hoje descansam na Encantaria Sagrada. Suas lutas incansáveis construíram um caminho menos doloroso para nós, que ora o percorremos e no qual depositamos nossas contribuições para quem nos seguirá.

Respeitando a Ecologia de Saberes (Santos, 2018), que afirma que o saber empírico e o saber científico podem e devem dialogar, pois ambos são importantes e se complementam, este trabalho ampara-se teoricamente em Gil (2008) quanto à sua forma, e em Alves (2022), Brasil (2002; 1996; 1988), Freire (1987), Santos (2018) e Vergès (2019) quanto ao seu conteúdo.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 A Constituição de 1988 e a visibilidade dos povos originários do Brasil

A Constituição Federal de 1988 foi um marco primordial para a garantia dos direitos básicos dos povos indígenas. Por meio dela, passamos a ser vistos como sujeitos de direitos, como parte intrínseca e impreterível da sociedade civil brasileira – que desde então vem reconhecendo a pluralidade cultural existente nas comunidades tradicionalmente ocupadas –, bem como passamos a ter a garantia legal do respeito que se deve aos diversos modos de organização próprias que nos caracterizam. Embora a Constituição de 1988 tenha sido um passo significativo para o reconhecimento e a proteção de nossos direitos como povos originários da nação brasileira, ela ainda não foi capaz de reparar as inúmeras atrocidades cometidas contra nós ao longo da História.

Para o movimento indígena, um dos momentos mais significativos durante a Assembleia da Constituinte de 1987-1988 foi quando o ativista social e escritor indígena Ailton Krenak subiu à tribuna para discursar. Durante a sua fala, Krenak denunciou a forma como o Estado brasileiro negligenciava os direitos dos povos tradicionais. Em um gesto carregado de simbolismo, ele se pintou de jenipapo ao passo que foi discursando, como forma de expor seu repúdio às constantes violações de que éramos vítimas. Esse ato impulsionou a inclusão de dois capítulos exclusivos para os povos indígenas na Carta Magna do Brasil, conhecida também como “Constituição Cidadã”, após 21 anos de uma sangrenta ditadura civil-militar (1964-1985). A partir de então, abriu-se o caminho para a construção de políticas

públicas inclusivas e a implementação de programas governamentais que têm visado promover não somente a inclusão, mas também a valorização cultural e a melhoria das condições de vida dos nossos povos.

Nessa mesma análise de marcos legais, é possível destacar a grande relevância da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, no ano de 1989. Esse instrumento normativo foi de reconhecida importância no processo de (re)construção das políticas indigenistas – tanto no território nacional quanto no exterior –, pois abordou discussões inadiáveis sobre os direitos à terra, à moradia e à educação dos povos ancestrais e trouxe à tona as aspirações das nossas comunidades, assim como abordou também a necessidade urgente de novas formas de se entender e de se valorizar esses grupos. Não obstante, foi somente em meados de 2002 que o país se comprometeu a implementar políticas locais específicas para os povos originários, baseando-se nos pressupostos estabelecidos nessa convenção. A ratificação e implementação da Convenção nº 169, no Brasil, representam um passo emblemático para a proteção e promoção dos direitos indígenas (Brasil, 2002).

Após alguns avanços legais nas normativas brasileiras, nós, indígenas, começamos a ocupar, cada vez mais, novos lugares nos espaços públicos e nas esferas de poder – realizando plenárias, assembleias e encontros para implantar nossas próprias formas de fazer Educação, por exemplo. Foi nessa perspectiva que a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) passou por uma reformulação, abordando parágrafos específicos para nós, que passamos a construir nossos próprios modelos educacionais. Além de prever direitos *sui generis* indígenas, a Lei nos assegura o uso de nossas línguas maternas e o ensino das formas de viver como parte essencial dos currículos das escolas (Brasil, 1996). A Lei respeita, sobretudo, a oralidade que nos caracteriza como seres humanos que baseiam a transmissão de sua cultura dessa forma memorialista e próxima, trazendo para os mais jovens a sabedoria dos mais velhos, evitando o etnocídio.

Com acesso aos espaços públicos e à educação mais ampliado, foi-nos dada a oportunidade de a ela acedermos com menos dificuldades agora do que outrora, indo da Educação Básica ao Ensino Superior e mais além. Ademais, alguns cursos universitários têm sido desenhados estritamente para acolher as nossas demandas, como o Curso de Licenciatura Intercultural indígena PITAKAJÁ e a Licenciatura Intercultural indígena KUABA, ambos oferecidos pela UFC e voltados para a formação específica de indígenas para atender as demandas das escolas públicas do estado.

A instrução formal é essencial para que as nossas capacidades inatas sejam fomentadas e lapidadas a fim de que lideranças venham à luz. Sobre esse tema, com foco no feminino, tratamos a seguir.

2.2 A força das mulheres indígenas no Brasil

É consabido que a História tem reservado para nós, indígenas, um lugar de silenciamento, de apagamento e de exclusão. Quando figuramos nos livros didáticos, paradidáticos ou nos romances, novelas, filmes e séries, é invariavelmente sob uma forma estereotipada, que não corresponde às nossas reais qualidades, sabedoria e *modus vivendi* sob nossa própria ótica. Em palavras outras: nossa história tem sido contada, o mais das vezes, por meio da lupa míope da versão colonialista, sem lugar de fala. Mesmo com a implementação de leis – como a Lei nº 17.041, de 10 de outubro de 2019, que institui a **Semana Diana Pitaguary** nas instituições de ensino no Ceará, a título de ilustração –, e das teorias decolonialistas, continuamos a ser tratados sem o respeito que merecemos.

Assim como nós, outros coletivos sofrem os mais diversos tipos de discriminação e abusos – como racismo e xenofobia, dentre outras espécies de preconceitos infundados – que já deveriam haver sido extirpados de nosso meio, mas que continuam vivos, matando-nos real ou simbolicamente. No Brasil hodierno, são considerados párias sociais, além de nós, a população LGBTQIAPN+, as mulheres (especialmente as pretas), as pessoas com deficiência (PCD), as pessoas com baixa renda, os idosos, as pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, as pessoas em situação de rua, os quilombolas e os ciganos – apenas para citar alguns.

Com relação ao nosso coletivo, estamos longe de atingir os direitos que almejamos nas sociedades onde estamos inseridos, especialmente no que tange aos direitos das mulheres. No entanto, é importante reconhecer e celebrar os avanços significativos promovidos pelo movimento articulado das mulheres nas estruturas sociais – sejam elas racializadas ou não, mas sempre mulheres de luta que, por meio de suas batalhas em prol de suas iguais, conquistam vitórias.

Uma dessas articulações é a **Marcha das Mulheres Indígenas**, que reúne mulheres de todas as etnias do Brasil. O movimento indígena nacional, na atualidade, vincula mulheres engajadas em pautas voltadas à garantia dos direitos femininos até então inobservados pela primeira e segunda ondas do feminismo ocidental, mas iniciados na terceira e continuados na quarta. Muitas mulheres indígenas relatam experiências que refletem suas realidades diárias,

encontrando na luta a força indispensável para confrontar o Sistema autoritário e capitalista que sempre nos oprimiu, mas que ora tem oponentes à altura.

Em diversas aldeias indígenas, esse protagonismo feminino é uma realidade concreta e ocorre de forma unificada. É fato incontestável que mulheres de etnias indígenas diversas, hoje, buscam ocupar novos espaços dentro de nossos territórios, desafiando e desmitificando a ideia de que a mulher deve ser submissa ao homem – crença que é anterior à colonização, conforme apontado por estudos como os de Lélia Gonzalez (1988). Essas e outras formas de reivindicação têm fortalecido nossas agendas de demandas, evidenciando, para diversas organizações, o poder intrínseco que emana dessas representações.

É mais do que imperativo observar, em igual medida, que durante muito tempo, tentou-se invisibilizar a escrita das mulheres racializadas (Vergès, 2019). Há uma grande vacância dessas vozes no cânone literário. Refletir sobre os motivos que estão associados a essa ausência é uma forma de permitir a reconstrução desse espaço social por meio de reparações históricas para com essas mulheres, para conosco. Por isso, com o correr do tempo e com amparo legal, vimos ocupando espaços de fala e buscando (re)construir, junto com a sociedade civil, as políticas públicas voltadas para os nossos povos originários.

No **Acampamento Terra Livre**, de 2022, por exemplo – evento que acontece anualmente com representação de todos os povos indígenas do país –, foi reivindicado do então candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, a criação de um ministério específico para os povos tradicionais. Em 2023, foi criado o primeiro **Ministério dos Povos Indígenas**, com o objetivo principal de lutar pela demarcação de nossas terras em todo o território nacional. Esse ministério entrou para a História não apenas por seu pioneirismo e empatia para conosco, mas também por ter como chefe da pasta uma mulher indígena, **Sônia Bone de Sousa Silva Santos**, do povo Guajajara, Maranhão, uma das principais lideranças indígenas do país e uma referência na luta das mulheres.

Além de Sônia, existem outras líderes e ativistas indígenas que também estão na linha de frente da política nacional, como, *verbi gratia*, a primeira advogada e ex-deputada federal **Joênia Wapichana**, que hoje coordena a **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)**, uma das principais instâncias de organização política e social dos povos tradicionais no Brasil. A pasta era ocupada anteriormente por um homem cis, branco, privilegiado e cujas ideologias não estavam alinhadas com os nossos interesses. A chegada de Joênia é mais uma das formas de mostrar à sociedade contemporânea que esses espaços de poder podem e devem ser assumidos por mulheres – mormente quando elas rompem mordidas e grilhões historicamente

vinculados ao elemento feminino ao longo dos séculos –, mulheres com lugar de fala e representatividade, indígenas.

As portas que foram abertas por nossas congêneres pioneiras foram essenciais para que mulheres de raças e etnias distintas pudessem chegar à bancada que representa a opressão nesse país e pudessem, assim, reconfigurar a visão ruralista e eurocêntrica que organiza, lidera e tira vidas – vidas preciosas para nós. Nos territórios indígenas, temos buscado nos fortalecer coletivamente, conectando-nos profundamente com o chão de nossas aldeias, mas buscando igualmente nossos direitos fora delas e voltando para elas com o fito de aplicá-los. Esse contato telúrico não apenas fortalece nossa espiritualidade, mas também nos encoraja a representar as vozes daquelas que sucumbiram pelas mãos da lógica do Sistema patriarcal, que no Brasil hodierno é tão asfixiante como o agronegócio, que usurpa territórios reconhecidamente nossos e nos ceifa sonhos, oportunidades e, mais uma vez, vidas.

2.3 A liderança feminina indígena no estado do Ceará

Afunilando a questão para o Ceará, no município de Aquiraz, a voz de uma mulher forte ecoa entre o povo Jenipapo Kanindé. Trata-se de **Maria de Lourdes da Conceição**, Mestre da Cultura e referência na luta das mulheres indígenas em terras alencarinhas. Nós a chamamos de **Cacika Pequena**, mãe de toda a aldeia. Ela é a primeira mulher indígena a ser oficialmente intitulada como **Cacika**, um título que, até então, havia sido concedido exclusivamente aos homens. A trajetória de Cacika Pequena representa um marco significativo na luta pelo empoderamento e reconhecimento das mulheres indígenas em espaços de liderança.

Outra líder indígena emblemática foi **Raimunda Marques do Nascimento**, ou **Raimundinha Tremembé**, como era/é mais conhecida, e cujo nome se liga à Educação Indígena por seu legado. Filha da etnia Tremembé – que se estende entre os municípios de Itarema, Itapipoca, Acaraú e Almofala – viveu apenas 37 anos, mas sua missão entre os seus e entre nós foi tão intensa que mudou os rumos da Educação Indígena e elevou-a, inclusive, ao Ensino Superior, inaugurando espaços importantes para o processo educacional do seu povo – e dos outros, dos nossos, por extensão. Raimundinha Tremembé cresceu aldeada e enxergou na Educação a resposta para muitos dos problemas que seus iguais enfrentavam.

Os indígenas de seu tempo de menina e adolescente a viam como uma líder nata do território, porém, existiam barreiras que precisavam ser quebradas quanto ao espaço que a mulher ocupava então. Ela sabia que isso precisava mudar. Apenas faltava quem levasse adiante a transformação necessária, e em seu foro íntimo, Raimundinha sabia que essa pessoa era ela.

Foi assim que fundou uma escola que atendia às crianças e jovens de Almofala, em um espaço sem infraestrutura adequada e com condições mínimas de funcionamento. Mesmo assim, ela plantou o desejo de se ter, no território, uma escola específica e diferenciada para atender aos anseios do seu coletivo – e o conseguiu (Alves, 2022).

Na esteira de Raimundinha, temos várias professoras indígenas no Ceará, sendo que algumas delas são diretoras das escolas onde trabalham, como é o caso da autora deste trabalho. Além da escolarização formal de nossos curumins, visamos, como povos tradicionais, a transmissão de nossa cultura e de nossa ancestralidade oralmente e por meio de ações conjuntas, onde os mais velhos repassam para os mais novos o que a escola não ensina.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Nossa trajetória no caminho tracejado por nossas ancestrais

Inspirada nessas mulheres de luta, nós, como **autora deste artigo**, temos nos destacado como uma jovem líder indígena do povo Kanindé há exatos 17 anos. Desde os 12 anos de idade, inspirada em nossas congêneres que lideraram ou lideram em seus territórios, temos formado um portfólio de atividades que tem nos credenciado como uma voz potente na luta por representatividade das mulheres indígenas dentro e fora das aldeias.

Nosso povo sempre idealizou uma escola específica e diferenciada que atendesse às necessidades de nossa etnia. Nosso avô, **Expedito Oliveira Rocha**, e nossa avó, **Raimunda Silva Rocha**, ambos com pouca escolaridade, perceberam a necessidade de se criar um espaço para a transmissão de conhecimentos do povo às crianças do território. Movidos por esse desejo, eles cederam o alpendre da casa onde moravam para que as aulas acontecessem – tal como as professoras leigas rurais do século passado faziam com suas casas, nas casas-escolas, nas chamadas escolas isoladas, em turmas multisseriadas.

Infelizmente, nosso avô não teve a oportunidade de presenciar a concretização de seu sonho, pois foi levado pela Encantaria Sagrada pouco antes de vermos a construção de uma escola em nossa aldeia, que tem o seu nome. Esta homenagem póstuma reconhece seu incansável empenho em garantir que a Educação chegasse ao nosso povo, mesmo diante da ausência de recursos. É com imenso orgulho que atualmente exercemos a função de diretora dessa escola, dando continuidade ao legado que eles arduamente iniciaram.

Inspirando-nos nessa luta de cunho familiar e singular, mas que contemplava a pluralidade, iniciamos nossa jornada de preparação para a liderança ainda na puberdade. Temos,

desde então, atuado fortemente no regaste dos saberes, na manutenção das tradições e na transmissão de conhecimentos às gerações que vêm se constituindo junto a nós.

Nas missões que nos têm sido confiadas, temos buscado alcançar todas as instâncias relevantes possíveis para o processo de demarcação do nosso território. Em 2018, fomos eleita em Brasília como uma das representantes da **Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)**, uma das mais importantes organizações do país na nossa seara. Na ocasião, ouvimos, de várias lideranças do Ceará, a confirmação de que o nosso nome era essencial para ocupar essa posição. Com um profundo sentimento de gratidão, atuamos por dois anos, contribuindo para as pautas do movimento indígena em nível nacional.

É à frente da juventude que temos participado de conferências nacionais – como o **Acampamento Terra Livre** (*vide* Imagem 1), realizado em Brasília nos anos de 2018 a 2021; o **Encontro de Representantes da Articulação de Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo**, sediado na Paraíba, em 2021; a **III Marcha das Mulheres Indígenas**, ocorrida em Brasília, no ano de 2022; a **Assembleia Nacional de Professores Indígenas**, na Bahia, em 2023; além de eventos estaduais e locais – ministrando palestras; promovendo seminários; participando de rodas de conversa, intercâmbios e mostras culturais – sempre destacando a importância do nosso povo em escolas e universidades da região.

Imagem 1 – Acampamento Terra Livre, em Brasília



Fonte: Acervo da autora

Aqui é mister enfatizar que nossa atuação em nível nacional é contínua, levando pautas que emergem das discussões coletivas, realizadas no chão da aldeia, quais sejam: questões acerca do território, saúde, educação, lazer e esporte. Nosso objetivo é fortalecer a organização local, considerando o território como um espaço fundamental de construção e resistência.

Como resultado da nossa persistência enquanto voz feminina que se volta para os interesses de nossos congêneres, tivemos a oportunidade de expandir nossa atuação para espaços antes jamais imaginados por nós. Em 2023, fomos eleita presidente/a do **Conselho Local de Saúde Indígena do povo Kanindé**, tornando-nos a primeira mulher indígena da Aldeia Gameleira (nossa aldeia) a ocupar esse cargo de forma titular. Desde então, temos coordenado reuniões, encontros e seminários com o objetivo de fortalecer a saúde indígena, não apenas na nossa aldeia, mas em todas as comunidades que representam o legítimo espaço de luta do nosso povo.

Nossas ações voltadas diretamente para o território evidenciam apresentações culturais de dança e pintura corporal indígenas, assim como ações de fortalecimento da medicina tradicional e da agricultura familiar dos Kanindés, além de momentos culturais como o de exploração de trilhas dentro da comunidade e de aprendizagem sobre caça e pesca artesanais. Sempre usando vestimentas e adornos feitos por nossos parentes, os temos representado, caracterizada, no mestrado que estamos cursando e nos eventos científicos nos quais vimos participando desde a primeira faculdade que cursamos.

Em 2021, por meio das parcerias que buscamos, passamos a integrar a **Rede de Arte e Cultura na Reforma Agrária (PACRA)**. Fomos a pessoa responsável por apresentar e representar nossa comunidade aos articuladores dessa organização que se dedica à elaboração de projetos e atividades para fortalecer as comunidades do campo em todo o Ceará. Desde então, a nossa tem se destacado como uma referência dentro dessa rede, e nós, particularmente, temos atuado como coordenadora das ações promovidas por meio dela em nosso território.

Em julho deste ano (2024), fomos convidada a mediar uma mesa temática sobre políticas de formação para territórios indígenas. O evento ocorreu em Caetanos de Cima, uma comunidade também integrante da rede. Nesse contexto, tivemos a oportunidade de expor nossas principais pautas, elencando discussões importantes para o público presente.

Sempre dialogando com a Ecologia de Saberes (Santos, 2018), estamos presente nas ações em parceria com agentes disseminadores de nossa cultura no que tange à promoção de oficinas de artesanato e pinturas corporais, vivência de rituais sagrados, além de momentos de narrativas de memórias do povo Kanindé por meio de palestras ao vivo e *online*.

Em setembro de 2023, tivemos a honra de ser a autora de um projeto importante para o nosso coletivo, que resultou no reconhecimento da associação do nosso povo como um ponto de cultura e memória viva do Ceará. Essa iniciativa visa reconhecer e valorizar entidades e organizações que promovem a cultura nos espaços de saberes do estado, sendo formalmente evidenciada pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult). Foi a primeira vez que o nosso povo conseguiu acessar essa política oriunda dessa secretaria, dado que os editais voltados para o reconhecimento dos pontos de cultura são extremamente concorridos no estado.

Temos, ademais, empreendido esforços, por meio da escrita, para documentar e arquivar os processos de luta e resistência dos indígenas da Aldeia Gameleira. Por sermos uma comunidade de pequeno porte e geograficamente afastada das zonas urbanas, muitas políticas de acessibilidade não nos alcançam.

Com o objetivo de contribuir para a comunidade, em 2023, protocolamos um projeto de lei na Câmara Municipal de Canindé, solicitando que os representantes do Legislativo e a Prefeitura Municipal de Canindé reconhecessem formalmente nossa comunidade como tradicionalmente ocupada (*vide* Imagem 2). Além disso, propusemos que se assumisse o compromisso de se dialogar com os indígenas locais para que nos sejam asseguradas políticas públicas de qualidade. Esse processo ainda tramita na Câmara e acompanhamos de perto essa tramitação.

Imagem 2 – Projeto de Lei para reconhecimento da população da Gameleira



Fonte: Acervo da autora

Nossa jornada de lutas e conquistas tem chamado a atenção da mídia também. Como se vê na Imagem 3, na próxima página, nosso rosto estampou uma **reportagem especial no dia 8**

de março de 2023, no *Jornal O Povo*³, sobre as líderes indígenas atuais, em cujo texto se lê que somos “pedagoga de formação”, “militante indígena” e que somos uma líder indígena que “luta por direitos aliados ao senso de coletividade e fortalecimento da juventude”.

Imagem 3 – Atuação da autora nas pautas indígenas femininas



Fonte: Acervo da autora

Por essa **formação acadêmica e histórico de lutas**, tendo sido **aprovada no primeiro concurso público para a Educação Escolar Indígena no Ceará**, foi-nos confiado o cargo de **diretora da Escola Indígena Expedito Oliveira Rocha**, ao qual dedicar-nos-emos até 2028. Reconhecemos que gerenciar uma escola que é fruto de grupos historicamente silenciados e marginalizados é uma tarefa complexa e que exige *savoir-faire* e inteligência emocional em medidas iguais, além de resiliência e capacidade de superação. Empecilhos há, mas nossa vontade se ultrapassá-los é maior.

Aqui é importante fazer um adendo. A “Educação Escolar Indígena” é um termo utilizado pelos povos indígenas para diferenciar a “Educação Indígena”. Para nós, a “Educação Escolar Indígena” se distingue da “Educação Indígena” em diversos aspectos, pois é nela que

³ Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2023/03/08/jaianna-caninde-luta-indigena-tem-na-linha-de-frente-rostos-femininos.html#:~:text=Nesses%2014%20anos%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o,falando%20daquilo%20que%20ela%20sofre>. Acesso em: 30 ago. 2024.

nossos discentes aprendem as noções fundamentais para se integrar à sociedade contemporânea, preservando nossos modos de vida e entendimentos do mundo. Isso implica compreender a distinção entre conhecimentos culturais e científicos, mantendo vivas nossas tradições e valores (Santos, 2018). Por outro lado, a “Educação Indígena” abarca todo o conhecimento inerente a ser indígena – adquirido no cotidiano, na vida comunitária, nos rituais sagrados e nas práticas como o toré –, representando uma Educação integral que fortalece a identidade das comunidades indígenas. Muitas lideranças – como caciques e pajés, além dos apoiadores do movimento indígena – perceberam que era necessário institucionalizar essa modalidade de ensino para garantir a sua continuidade.

Muito embora o começo da implementação das políticas públicas educacionais garantidas na Constituição Federal de 1988 tenha sido marcado por diversas dificuldades, foi necessário lutar para oferecer, aos nossos ensinantes e aprendentes, espaços mais salubres e com melhores estruturas físicas. Foi nessa perspectiva que, em 2003, foi elaborada a Resolução nº 382/2003, que dispôs sobre a criação e o funcionamento de escolas indígenas no Sistema de Ensino do Ceará e dava outras providências. Posteriormente, essa Resolução foi alterada pela Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 447/2013, que implementou novas considerações à anterior, a fim de assegurar aos indígenas a autonomia de uma organização curricular específica.

Um dos principais marcos dessas legislações específicas é o estabelecimento da prioridade de que os próprios indígenas sejam os professores de suas escolas. Essa medida visa resguardar as memórias e histórias de nossos povos, permitindo-nos transmiti-las para os mais jovens por meio de atores sociais pertencentes ao universo indígena e que se dedicam à docência. No Ceará, nosso povo, os Kanindés, se destaca por ter consolidado um modelo que aproxima as práticas educacionais das lutas e batalhas presentes em nossas comunidades – e que hoje conta, nas duas escolas que temos, com duas diretoras que são, ademais, líderes em formação desde a juventude – como é o nosso caso.

Pensando no coletivo e inspirada em nossos avós, abraçamos o Magistério e seu universo. Após haver concluído a **Licenciatura em Pedagogia** na UVA, concluímos recentemente a **Licenciatura Intercultural Indígena** na UFC e, *pari passu*, iniciamos, em janeiro deste ano, o **Mestrado Interdisciplinar em História e Letras**, na Uece. Neste, optamos pela **Linha de Pesquisa “Ensino e Linguagem”** por seu alinhamento com os nossos projetos no movimento indígena. **Concluído o mestrado, nosso próximo passo será o doutorado.**

Reconhecemos a importância de se levar nossa experiência aqui relatada para a Academia, enquanto mulher indígena, e conquistar esses títulos, representando o nosso povo e encorajando o seu pertencimento a esses espaços, colaborando e intercambiando conhecimentos empíricos e científicos na Ecologia de Saberes (Santos, 2018) que nos rege, sob as bênçãos da Encantaria Sagrada que sempre esteve com os Kanindés e com todos os povos originários do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste artigo que ora vai chegando ao seu término, evidencia-se nossa participação como uma agente cultural entregue às causas indígenas que defendemos e como uma voz ativa e crescente em meio a tantas outras que defendem nossas etnias nas mais diversas esferas públicas de poder. Nosso objetivo, enquanto indígena e pesquisadora de nossos povos, especialmente do povo Kanindé, é expandir essa discussão para todas as instâncias possíveis – incitando o debate, promovendo as mudanças e testemunhando as melhorias que advêm dos movimentos reivindicatórios e das ações conscientes, sempre em busca da reparação história que se nos deve.

Ter o nosso umbigo enraizado no chão de nossa aldeia nos canaliza para a bancada do cocar, seguindo o caminho tracejado pelas líderes indígenas que nos antecederam e que nos servem de Norte. Buscamos ser como elas e **HONRAR** seus legados de lutas e vitórias. Como resultado de nossos passos rumo a esta meta, alinhada às demandas de nosso território, buscamos consolidar nossa voz como símbolo de resistência e representação. Sobretudo, almejamos que o caminho que temos percorrido seja trilhado pelos nossos, que na pluralidade, singulariza o grito urgente por justiça.

Somos as sementes plantadas por nossas ancestrais e nos constituímos como uma das forças motrizes que impulsionam o rompimento das amarras históricas que nos prendem a um passado de dores. Somos munida de motivação, alimentada pelos incentivos que nossos iguais nos brindam e blindada pela força espiritual da Encantaria Sagrada que sustenta e preserva a essência primordial de nossos povos há milênios.

Que venham novos desafios! Aqui estamos a esperá-los! Que venham as ações positivas! Nossos povos as anseiam! Que tenhamos mais mulheres indígenas conosco, saindo do chão de suas aldeias e chegando à bancada do cocar, representando os seus, os nossos! Que testemunhemos a **JUSTIÇA e a PAZ** e que todos os nossos esforços conheçam a **VITÓRIA!!!**

“O futuro é ancestral e a Humanidade precisa aprender com ele a pisar suavemente na terra”.
(Ailton Krenak)

In memoriam a todos os nossos povos originários que tomaram injustamente pelas mãos gananciosas, invasivas, inescrupulosas e sangrentas dos “homens brancos”.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. Cacique Pequena do Povo Jenipapo Kanindé: Trajetória e protagonismo das mulheres indígenas no movimento indígenas do Ceará. 2022. 112 f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/70661/3/2022_dis_jalves.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002**. Aprova a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html>. Acesso em: 1 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, B. de S. **Construindo as Epistemologias do Sul**. Antologia Essencial, v. 1, Buenos Aires: CLACSO, 2018.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.